

Atenção cartográfica em pesquisas *on-line* sobre políticas de inclusão digital

Cartographic Attention in Online Research about Digital Inclusion Policies

Atención Cartográfica en la Investigación Online sobre las Políticas de Inclusión Digital

Daniel Q. Lopes

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS, Brasil.

Eliane Schlemmer

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS, Brasil.

Rosane K. Molina

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS, Brasil.

Resumo

O Brasil tem desenvolvido diversos programas de inclusão digital a partir das escolas públicas, envolvendo ações como entrega de equipamentos, conexão à internet e capacitação no uso pedagógico das tecnologias digitais (TD). No Rio Grande do Sul, o Programa Província de São Pedro (PPSP) tem como meta distribuir *netbooks* e *tablets* para professores e alunos, priorizando, inicialmente, escolas localizadas em cidades que desenvolvem o Programa Territórios de Paz (PTP). Qual o sentido de associar um programa educacional de inclusão digital a um programa de segurança pública? O presente artigo realiza um primeiro movimento no sentido de cartografar as ações nos contextos do PPSP e do PTP a fim de investigar as articulações entre tais programas. Apresenta a cartografia digital como proposição metodológica para a pesquisa *on-line* e indica o mapa digital da Cultura no RS e a cartografia digital como possibilidades tecnológicas para promover maior articulação entre tais programas.

Palavras-chave: Cartografia; Tecnologias Digitais; Educação; Políticas Públicas; Inclusão Digital.

Abstract

Brazil has recently developed several digital inclusion programs from public schools, involving actions such as delivering equipment, Internet connection and training in the pedagogical use of digital technologies (DT). In Rio Grande do Sul, Província de São Pedro Program (PPSP) aims to distribute *netbooks* and *tablets* for teachers and students, focusing initially

state schools located in cities that develop Territories of Peace Program (PTP). What is the meaning of associating a digital inclusion educational program with a public safety program? This paper makes a first move towards cartographing the actions in PPSP contexts and PTP to investigate the articulations between such programs. Presents the digital cartography as a methodological proposition to the online research and indicates the Digital Map of Culture in RS and digital cartography as technological possibilities to promote better articulation between such programs.

Keywords: Cartography; Digital Technologies; Education; Public Policies; Digital Inclusion.

Resumen

Brasil ha desarrollado recientemente diversos programas de inclusión digital desde las escuelas públicas, implicando acciones como: entrega de equipos, conexión a Internet y la formación del uso pedagógico de las tecnologías digitales (TD). En Rio Grande do Sul, el Programa Provincia de San Pedro (PPSP) objetiva distribuir *netbooks* y *tablets* para profesores y alumnos, priorizando las escuelas ubicadas en las ciudades que desarrollan el Programa Territorio de Paz (PTP). ¿Cuál es el sentido de asociar un Programa educacional de inclusión digital a un Programa de seguridad pública? Este artículo hace un primer movimiento de cartografiar las acciones en los contextos del PPSP y del PTP para investigar las articulaciones entre esos Programas. Presenta la cartografía digital como una propuesta metodológica para la investigación en línea e indica el Mapa Digital de la Cultura en RS y la cartografía digital como posibilidades tecnológicas que promuevan una articulación entre los dichos Programas.

Palabras clave: Cartografía; Tecnologías Digitales; Educación; Políticas Públicas; Inclusión Digital.

Introdução

A escrita do presente artigo surgiu da necessidade de articular duas demandas comuns dos estudantes da pós-graduação: as apropriações relativas ao método da pesquisa e a produção de conhecimento a partir desse método. Por diversas vezes nos

deparamos, ao longo da atividade docente de orientação em mestrado e doutorado, com a dificuldade de demonstrar a quem está iniciando no campo da pesquisa os desdobramentos do método e suas implicações na produção de conhecimento acadêmico. A leitura dos livros e artigos de autores que tratam de questões metodológicas nem sempre dão conta – e talvez nem seja

possível – das peculiaridades dos objetos e campos empíricos sobre os quais se debruçam pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Assim, produzimos um texto que, ao narrar o percurso de uma pesquisa sobre o tema da inclusão digital em escolas públicas, oferece algumas pistas que articulam os movimentos dos pesquisadores – e suas tecnologias – com as variabilidades do método cartográfico descritas por Kastrup (2007, 2008). As pistas produzidas revelam a potência do método e apontam caminhos para o prosseguimento da pesquisa, sustentando modos de intervenção decorrentes da problematização que emergiu do campo empírico. Como proposta de intervenção, o texto apresenta e discute a atenção cartográfica com suporte das tecnologias digitais como um caminho possível para a pesquisa *on-line* sobre políticas públicas, bem como aponta a cartografia digital e suas tecnologias como possibilidade para a articulação das políticas públicas para a cultura e a educação no contexto de Projetos em desenvolvimento no Estado do RS.

O cenário da pesquisa

Ao longo dos últimos cinco anos, temos presenciado no Brasil um conjunto de ações no sentido de promover através das escolas uma política de inclusão digital. Dentre essas ações, pelo menos duas se

destacam: o Programa Banda Larga nas Escolas – que contratou planos de acesso à internet com operadoras locais de telefonia – e o Programa Um Computador por Aluno e Professor (modelo 1:1) ou PROUCA – que disponibilizou *netbooks* de baixo custo para algumas escolas públicas brasileiras. Mais recentemente, no Estado do Rio Grande do Sul (RS) o governo estadual, dentro das ações do Programa “RS Mais Digital”¹, lançou o Programa Província de São Pedro² (PPSP), a partir da Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC) e da Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital (SECOM) do Estado. O PPSP pretende disponibilizar até o final do ano de 2014 *netbooks* a todos os alunos e professores das escolas que fazem fronteira com o Uruguai ou que estejam localizadas nas cidades que desenvolvem o Programa Territórios de Paz (PTP)³. Também disponibilizará *tablets* aos professores de escolas de Ensino Médio. Além dos equipamentos, serão oferecidos cursos para os professores sobre o uso pedagógico das tecnologias digitais.

Até o momento, o PPSP foi implantado nas escolas de fronteira e algumas escolas da cidade de Porto Alegre e região metropolitana que desenvolvem o PTP. Na região metropolitana, até o início de 2014, duas escolas localizadas nas cidades de Esteio e Sapucaia do Sul participam do PPSP⁴ na modalidade 1:1. Essas escolas

receberam versões atualizadas dos *netbooks* em 2013, e os professores passaram por uma formação inicial conduzida pelo Núcleo de Tecnologia da Educação (NTE) da região. A escola de Esteio se localiza numa região central da cidade, e fica a aproximadamente três quilômetros das regiões onde se desenvolvem o PTP, nos bairros Parque Primavera e São José. A escola de Sapucaia do Sul situa-se na fronteira com a cidade de Esteio, e também distante do local onde se desenvolve o PTP, em região denominada Vila Vargas ou Grande Vargas.

Desde que o PPSP foi anunciado, estabeleceu como critério iniciar o desenvolvimento do Projeto nas escolas das regiões que fazem fronteira com o Uruguai, pois o país vizinho já havia implantado um programa semelhante – modelo de saturação 1:1, um computador por aluno e professor – fornecendo *netbooks* para todos os professores e alunos de suas escolas públicas. A ideia dos responsáveis pelo PPSP é de que as escolas brasileiras dessa região se beneficiariam com a repercussão que o programa uruguaio já estava provocando nas comunidades locais. Esse modelo ou estratégia de saturação – de uma região, coletividades ou rede de instituições – é um dos princípios do modelo 1:1, sustentado pela ideia de que essa estratégia facilitaria a constituição de redes de aprendizagem diversas. Porém, ao anunciar que o

segundo critério seria o de desenvolver o PPSP nos municípios que desenvolvem o PTP, revelou uma particularidade do Programa que se destaca das outras experiências relacionadas ao modelo 1:1. Esse anúncio fez com que algumas questões fossem levantadas pelo nosso grupo de pesquisa. Qual o significado de desenvolver o modelo de saturação 1:1 nas escolas próximas ou localizadas nos Territórios de Paz? Qual a relação que se pode estabelecer entre as políticas de inclusão digital (como o PPSP) e as políticas de segurança pública (como o PTP)? Mais especificamente falando, como a utilização de dispositivos digitais móveis (*tablets*, *netbooks*, *laptops*, *smartphones*) proposto pelo PPSP se situa diante das questões envolvendo os problemas relacionados à violência enfrentados pelos jovens que vivem nesses denominados “Territórios de Paz”?

A denominação “Territórios de Paz”, de fato, se estabelece a partir do seu contraditório. Tais territórios são demarcados exatamente pelos altos índices de violência e criminalidade. No entanto, em vez de focar apenas numa ação de policiamento ostensivo – como no caso das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) do Estado do Rio de Janeiro – o projeto visa a outras ações sociais e culturais conjugadas. A denominação “Territórios de Paz”, assim, carrega mais uma intenção – promover a paz? – que uma evidência, cujas ações po-

dem ser pistas importantes sobre os princípios norteadores das políticas públicas para a educação e a cultura.

A partir dessas primeiras indagações, desenvolvemos um projeto de pesquisa denominado “Escola aumentada: cartografia digital e mobilidade para as aprendizagens e a cidadania” no qual pretendemos pesquisar os possíveis tensionamentos que se produzirão a partir de ações orientadas pelos princípios da cultura digital em relação aos problemas locais, a cidadania e as práticas pedagógicas em escolas situadas nas cidades que desenvolvem o PTP. Para tanto, estamos desenvolvendo, de forma propositiva e participativa, em conjunto com gestores, professores e estudantes dessas escolas, uma proposta metodológica baseada no método cartográfico de pesquisa e intervenção (Kastrup, 2007; 2008), que descreveremos mais adiante.

A ideia de desenvolver uma cartografia num contexto envolvendo campos problemáticos de ordens diversas (inclusão digital e segurança pública) nos pareceu bastante instigadora. No entanto, como dar conta da intensidade e diversidade dos processos socioculturais que despontam em reação às ações propostas pelas políticas públicas de inclusão digital e de combate à violência num contexto que nos é desconhecido e, ao mesmo tempo, num curto espaço de tempo? – aproximadamente dois anos, previstos para a execução desses

programas governamentais. Ficou evidente para nosso grupo que o caminho da pesquisa participativa surgia não apenas como uma vontade política de dar voz aos próprios sujeitos, mas também como uma necessidade epistemológica que exigiria de nossa parte estruturar um corpo teórico-metodológico condizente com as demandas do campo empírico – com qual nos encontraríamos. Dessa forma, um primeiro movimento da pesquisa, foi o de sistematizar processos e instrumentos que orientassem a equipe de pesquisadores (professores, orientandos, bolsistas e colaboradores) para a produção de dados mediados pelas mesmas tecnologias digitais em uso nas escolas que participam do PPSP. A partir dessa sistematização e da apropriação teórico-metodológica e tecnológica pela equipe de pesquisa, a ideia é de que possamos atuar de forma propositiva junto aos responsáveis pelo PPSP citados, seja diretamente junto às comunidades escolares envolvidas, seja junto aos gestores e equipes de formação designadas pelas Secretarias do governo estadual.

O presente artigo trata dessa primeira sistematização sobre a qual estamos todos engajados, ou seja, trataremos de apresentar os caminhos teórico-metodológicos e tecnológicos que estamos percorrendo a fim de apresentar e discutir o método cartográfico de pesquisa e intervenção mediado pelas tecnologias digitais

como possibilidade para a pesquisa de cunho participativo.

Cartografando as políticas de inclusão digital e de segurança pública

Dada processualidade e articulação entre elementos heterogêneos como políticas públicas, educação, segurança, tecnologias, espaço público do objeto aqui definido, uma metodologia igualmente processual e atenta ao modo de produção dessas articulações precisa ser levada em consideração. As discussões mais recentes que têm como tópico dimensões da subjetividade humana apontam para a necessidade de metodologias que possam acompanhar e registrar os percursos dos sujeitos e coletividades num determinado contexto. Dessa forma, o método cartográfico proposto por Deleuze e Guatari (1995) e que tem sido explicitado e investigado no Brasil por Kastrup (2007; 2008) e Passos, Kastrup e Escóssia (2010) entre outros, surgiu como um caminho possível para o que pretendemos em nossa pesquisa. Ao apresentar o método cartográfico, Kastrup (2007) descreve:

- A cartografia visa a acompanhar processos, e não representar objetos.
- Trata de investigar processos de produção.

- Não busca estabelecer um caminho linear para atingir um fim.
- “A cartografia procura assegurar o rigor do método sem abrir mão da imprevisibilidade do processo de produção do conhecimento, que constitui uma exigência positiva do processo de investigação *ad hoc*” (Kastrup, 2007, p. 19).
- A construção caso a caso não impede que se procure estabelecer algumas pistas que têm em vista descrever, discutir e, sobretudo, coletivizar a experiência do cartógrafo.
- A atenção cartográfica é definida como concentrada e aberta, caracterizando-se por quatro variedades: o rastreo, o toque, o pouso e o reconhecimento atento. Baseia-se nos conceitos de atenção flutuante de S. Freud, de reconhecimento atento de H. Bergson e nas contribuições da vertente fenomenológica das ciências cognitivas contemporâneas.

No sentido de realizar um primeiro movimento de nossa cartografia, com base nas proposições acima, procuramos rastrear na internet as pistas que poderiam apontar para possíveis nexos ou sentidos que

articulam a política de inclusão digital do PPSP em contextos sociais caracterizados pela violência e a vulnerabilidade social, particularmente onde são desenvolvidas ações do PTP. A partir da informação obtida em encontros com os responsáveis pelo PPSP e em websites do governo estadual do RS de que o Programa se desenvolveria, primeiramente nas escolas localizadas em cidades que desenvolvem o PTP, buscamos rastrear através do Google algumas palavras-chave: Territórios de Paz, Programa Província de São Pedro. Basicamente, os links indicavam websites dos governos estadual e federal, e portais de notícias.

A primeira pista que seguimos foi de procurar no website do governo do Estado do Rio Grande do Sul informações sobre o Programa “RS Mais Digital”⁵, pois obtivemos a informação de que o PPSP seria uma das ações vinculadas a este Programa. Encontramos o objetivo principal do Programa “RS Mais Digital”:

O Programa RS Mais Digital tem por objetivo principal “Implementar políticas públicas que proporcionem o acesso à internet de forma a integrar governo e sociedade, o que promove o exercício da cidadania na construção do processo de desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul”. Este Programa pretende ampliar o acesso da população do Estado do Rio Grande do Sul à internet pela realização de ações cotidianas e projetos

estratégicos, coerentemente à proposta supracitada (SECOM, 2013).

Além do objetivo, o website destaca um link que aponta uma ação denominada Paz.Com⁶. A página informava que essa ação está promovendo nos Territórios de Paz “oficinas de comunicação” destinadas aos jovens de 14 a 19 anos, oferecendo noções básicas de fotografia, blog/redes, texto, vídeo e áudio. Segundo a informação que consta no website, a intenção do Projeto é promover “a formação em comunicação digital e eletrônica da juventude, estimulando o protagonismo juvenil e possibilitando a experiência de criação e gerência de um veículo de comunicação” (SECOM, 2013). A intenção é de promover essas oficinas em todos os Territórios de Paz do Estado até o final de 2014.

Para que o registro dessas primeiras pistas pudesse ser armazenado e compartilhado com os colegas de pesquisa, utilizamos o aplicativo Evernote⁷ e sua extensão (*plugin*) para o navegador Google Chrome⁸ para inserir a nota na base de dados *online*. O Evernote, no contexto da pesquisa, cumpre a função do diário de campo, mas com a possibilidade de integrar registros na forma de diversas mídias. Dessa forma, toda pesquisa realizada na internet pode ser registrada e anotada de forma dinâmica e compartilhada – os rastros se tornam pistas para toda equipe.

O rastreio é um gesto de varredura do campo. Pode-se dizer que a atenção que rastreia visa uma espécie de meta ou alvo móvel. Neste sentido, praticar a cartografia envolve uma habilidade para lidar com metas em variação contínua. [...] Para o cartógrafo o importante é a localização de pistas, de signos de processualidade (Kastrup, 2007, p. 18).

Através dos links conseguimos rastrear diversas pistas, a partir das quais está sendo possível cartografar, nesse primeiro movimento, uma política de inclusão digital. Conforme havíamos comentado, nos chamou a atenção que um programa de inclusão digital estivesse associado a um programa para a segurança pública. O primeiro sentido que pudemos estabelecer entre ambos está na descrição dos objetivos do Programa “RS Mais Digital” e do Projeto “Paz.Com”. O primeiro estabelece como objetivo “integrar governo e sociedade, o que promove o exercício da cidadania na construção do processo de desenvolvimento econômico e social”, enquanto o segundo pretende estimular “o protagonismo juvenil” através do aprendizado sobre a criação e gerência de um veículo de comunicação. É possível perceber um alinhamento do Projeto com os objetivos do Programa, que busca através do protagonismo e autoria nos meios digitais promover o exercício da cidadania por parte dos

jovens que vivem ou frequentam os Territórios de Paz. Importante destacar que a política de inclusão digital do Estado está vinculada a uma secretaria de comunicação, fato que justifica uma política orientada para ações em prol das estratégias comunicacionais, vinculada ao protagonismo juvenil nesse campo de ação. Tais estratégias comunicacionais podem ser percebidas na integração das ações que envolvem a produção nas mídias digitais, principalmente através dos blogs criados a partir das oficinas⁹ e da veiculação de programas nas rádios e TVs comunitárias¹⁰.

Seguindo os rastros dessa política regional de inclusão digital, encontramos no portal do Ministério da Justiça do Brasil informações relativas ao PTP. O referido Projeto insere-se no campo das ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), que pretende enfrentar o problema da criminalidade articulando políticas de segurança (policiamento, vigilância, tecnologia de monitoramento, entre outras) com ações sociais conveniadas com estados e municípios. O PTP abriga diversos outros projetos alinhados com a política de ações para a promoção da cidadania. Destacamos aquelas vinculadas ao desenvolvimento cultural, como os Pontos de Cultura, os Museus Comunitários – Pontos de Memória, Telecentros para inclusão digital, Projeto Cine+Cultura, entre outros. É possível perce-

ber que o PTP integra ações no sentido do adensamento dos espaços para manifestação cultural nesses locais identificados como violentos. Nesse sentido, é possível entender que o que motiva a política regional do Estado do RS é buscar vincular as políticas de inclusão digital às políticas de promoção do desenvolvimento cultural local.

Como uma antena parabólica, a atenção do cartógrafo realiza uma exploração sistemática do terreno, com movimentos mais ou menos aleatórios de passe e repasse, sem grande preocupação com possíveis redundâncias. Tudo caminha até que a atenção, numa atitude de ativa receptividade, é tocada por algo. O toque é sentido como uma rápida sensação, um pequeno vislumbre, que aciona em primeira mão o processo de seleção (Kastrup, 2007, p. 19).

A política de incentivo ao protagonismo e a cidadania proposta pelo “RS Mais Digital” e seus projetos, do modo como fomos afetados, está alinhada à política nacional e estadual de segurança pública em relação aos Territórios de Paz. No entanto, não foi possível, ainda, perceber em que momento as ações do PPSP se encontrarão com as ações orientadas para o PTP. Ambas iniciativas estão inseridas no âmbito das ações do “RS Mais Digital”, porém, o PTP, através de ações como as do

“Paz.Com”, é direcionado para grupos comunitários, não necessariamente vinculados às escolas.

Sentimos a necessidade de ampliar (pouso) em uma das regiões beneficiadas pelo PTP e o PPSP, a fim de analisar a processualidade do desenvolvimento desses projetos. Tratamos de focar nossa atenção no município de Esteio-RS, pois, conforme relatamos no início deste artigo, tínhamos notícias de que nesta cidade se desenvolvem ambos os projetos.

Territórios, cultura local e cartografia digital

O gesto de pouso indica que a percepção, seja ela visual, auditiva ou outra, realiza uma parada e o campo se fecha, numa espécie de zoom. Um novo território se forma, o campo de observação se reconfigura. A atenção muda de escala. [...] De todo modo, é preciso ressaltar que em cada momento na dinâmica atencional é todo o território de observação que se reconfigura (Kastrup, 2007, p. 19).

Um dos primeiros movimentos que realizamos de aproximação com a região de Esteio foi localizar no mapa onde estavam se desenvolvendo o PTP e o PPSP (Figuras

e Figura 2). A primeira ideia que tínhamos era de que ambas as ações estariam sendo desenvolvidas num mesmo local. No entanto, não foi o que encontramos. As

e na Figura 2. Esta pista reforça nossa pergunta sobre a articulação das a-

, localiza-se a Escola Estadual de Ensino Fundamental Tomé de Souza, que recebeu *netbooks* em 2012 e 2013 e participa do PPSP; no ponto “B” temos o Bairro Primavera, primeira região em Esteio a desenvolver o PTP, desde 2009; e no ponto “C” está o bairro São José, que desenvolve o PTP desde o final de 2012. Em Sapucaia do Sul encontramos apenas uma região onde se desenvolve o PTP, denominada Grande Vargas.

O desenvolvimento dos projetos parece seguir, até o momento, trajetórias distintas. Os resultados das ações relacionadas ao PTP são divulgados com certa frequência nos portais da prefeitura e governo do Estado. No Bairro Primavera foram criados o Centro de Convivência e o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), e são locais sede para as ações do PTP na região, que envolvem assistência jurídica, Programa de Proteção aos Jovens em Território de Vulnerabilidade (PROTEJO), esporte e lazer, entre outros. Dentre as ações mais relacionadas com a educação e com a cultura desenvolvidas nos Centros

escolas onde se desenvolve o PPSP ficam distantes cerca de três quilômetros dos locais onde se desenvolve o PTP, como se pode observar na Figuras 2. As ações de ambos projetos. No ponto “D” da Figuras

Municipais de Educação Básica (CMEB) da região destaca-se o Projeto Mais Educação – que oferece no contraturno atividades artísticas, curriculares e esportivas –; o Projeto Escola Aberta – que incentiva a abertura das escolas nos finais de semana para atividades da escola integrada com as demandas da comunidade –; a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Programa Integrado de Inclusão Social (PIIS) – que oferece oficinas e atividades culturais gratuitas para o público infanto-juvenil. Como resultado dessas ações combinadas entre segurança pública e culturais, o governo apresenta dados que apontam para a diminuição dos índices de criminalidade, incluindo homicídios¹¹. No território Vila Vargas, em Sapucaia do Sul, ações semelhantes estão sendo desenvolvidas, mas ainda não foi divulgado um índice oficial sobre seus efeitos. Não foi possível identificar, dentre as ações divulgadas na web, nenhuma ação nesses territórios mais diretamente relacionada ao PPSP ou à inclusão digital. As únicas notícias relacionadas ao PPSP foram as que divulgaram a sua implantação, em 2012 e 2013, quando as es-

colas Miguel Gustavo e Tomé de Souza receberam os equipamentos e os professores uma formação básica.

Uma das pistas que emergiu ao cartografar as ações relacionadas ao PPSP e ao PTP foi o serviço criado pela Secretaria de Estado da Cultura (SEC) e a Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS (PROCERGS) denominado “Mapa Digital da Cultura RS”¹². A intenção desse serviço é de colocar à disposição da população uma plataforma de mapa colaborativo para registro de lugares e agrupamentos culturais. Dessa forma, a plataforma serve tanto para a própria população localizar no mapa pontos de interesse sociocultural, quanto para o próprio Estado definir melhor sua política pública de fomento à cultura. A plataforma colaborativa ainda possibilita a participação da população, que pode, através de dispositivos móveis com tecnologia de geolocalização (GPS) informar sobre espaços culturais da sua região. O serviço possui algumas categorias culturais pré-cadastradas, que são: Biblioteca, Ponto de Cultura, Arquivo, Instituição da Secretaria da Cultura, Cinema, Centro de Documentação Pública, Teatro, Centro Cultural, Museu e Agrupamento Social. Interessante notar que dentre as categorias preestabelecidas não encontramos “Escola”. De certa forma, à medida que avançamos nessa cartografia, o que antes era apenas uma questão: “Em qual momento as

ações do PPSP e do PTP irão se encontrar?”, passa a se tornar uma inquietação que nos afeta: Será que as ações de um e de outro projeto irão se encontrar? O que justifica o fato de as escolas não estarem entre as categorias identificadas como “territórios” ou “espaços culturais” no “Mapa Digital da Cultura do RS”?

O reconhecimento atento é o quarto gesto ou variedade atencional. [...] A atitude investigativa do cartógrafo seria mais adequadamente formulada como um “vamos ver o que está acontecendo”, pois o que está em jogo é acompanhar um processo, e não representar um objeto. [...] Um exemplo é transitar por uma cidade que conhecemos, onde nos deslocamos com eficiência sem prestar atenção ao caminho percorrido. Ora, no caso do cartógrafo, é nítido que não pode se tratar de reconhecimento automático, pois o objetivo é justamente cartografar um território que, em princípio, não se habitava. Não se trata de se deslocar numa cidade conhecida, mas de produzir conhecimento ao longo de um percurso de pesquisa, o que envolve a atenção e, com ela, a própria criação do território de observação (Kastrup, 2007, p. 20).

Essa inquietação nos proporcionou realizar um novo movimento, o de buscar nessa plataforma cooperativa o reconhecimento dos espaços culturais nas regiões de Esteio onde se desenvolvem o PPSP e o PTP. Para destacar mais o que encontramos, comparamos os mapas (Figura 3 e

Figura 4) da cidade de Porto Alegre (capital do Estado) e da cidade de Esteio (região metropolitana de Porto Alegre).

Uma primeira evidência dessa comparação foi quanto à quantidade de pontos marcados no mapa. Enquanto Porto Alegre possui dezenas de pontos marcados, a cidade de Esteio possui apenas a biblioteca municipal. Apesar dessa evidência, é importante ressaltar que o fato de os pontos relacionados com espaços ou agrupamentos culturais não aparecerem no mapa não significa que os mesmos não existam. Acabamos de apontar uma lista de espaços destinados às ações culturais do PTP criados no Bairro Primavera e que não aparecem no mapa. O que pode estar ocorrendo é o não reconhecimento por parte da população de Esteio dessa plataforma de mapa colaborativa. Ou, ainda, a não utilização de dispositivos digitais móveis com essa finalidade. O mais provável é que estejam ocorrendo ambas as coisas. Uma terceira indagação seria se a população reconhece esses espaços proporcionados pelo PTP como espaços culturais, ou se são identificados como serviços, na mesma categoria dos postos de saúde e serviço social.

Nossa inquietação sobre o ponto de encontro entre as ações do PPSP e o PTP parece encontrar nessa plataforma colaborativa e participativa uma via possível e que vai ao encontro das pretensões do nosso projeto de pesquisa. É fato que no Brasil

as políticas e ações da Cultura e da Educação divergem em diversos aspectos, desde a instituição de ministérios e equipes de governo separadas, até as ações que se estabelecem nos governos estaduais e municipais. Assim, o fato das ações relacionadas ao PPSP localizarem-se primordialmente nas escolas poderia significar o não aparecimento de seus resultados no “Mapa Digital da Cultura do RS”. Literalmente, se as ações de ambos os programas não convergirem, o PPSP pode sumir do mapa, assim como a categoria “escola”. Obviamente, essa articulação de ações exige que ambas as políticas dialoguem, de forma que as escolas e a educação sejam entendidas como categorias diretamente relacionadas à cultura. Nesse sentido, uma ação interessante que poderia ser proposta no PPSP seria a realização de oficinas de reconhecimento dos territórios da cidade onde seja possível a promoção de atividades culturais, bem como a proposição de criação de Pontos de Cultura¹³. É nessa perspectiva que podemos entender a atividade de cartografar – tanto no sentido clássico do termo, em referência a produção de mapas, quanto no método de pesquisa proposto por Kastrup – como agenciadora de mudanças de significado acerca do lugar onde vivemos. Essa dupla noção da cartografia é chave para se pensar a ideia de uma Escola Aumentada.

Escola aumentada: a cartografia com suporte digital e a reconfiguração dos territórios

Até o momento, cartografamos algumas ações relacionadas aos contextos dos projetos PPSP e PTP. Ao mesmo tempo que apresentamos nosso percurso ao cartografar, trouxemos elementos teóricos que definem o método cartográfico de pesquisa e intervenção e tecnológicos. Conforme nossa proposta inicial, a ideia de constituir um referencial teórico-metodológico (e tecnológico) encontrou nas cartografias um suporte epistemológico apropriado aos objetivos da pesquisa que desenvolvemos. No entanto, a processualidade da constituição tanto das políticas públicas quanto da elaboração do PPSP e do PTP se restringiu às fontes digitais (websites e portais do governo), fato que não pode ser desconsiderado sob o risco de confundir produto com processo. Os rastros e pistas que seguimos dizem respeito mais a produtos e ideias já concebidas e sendo aplicadas aos contextos escolares e comunitários. Assim, é importante ressaltar que o foco do presente artigo não está na processualidade ou constituição dessas políticas, mas sim no seu desenvolvimento nas escolas e comunidades. Um próximo passo, para além do que pudemos desenvolver nesse artigo, será elaborar uma cartografia dos locais onde se desenvolvem o

PTP e PPSP nas cidades de Esteio-RS e Sapucaia do Sul-RS, incluindo não apenas ações no âmbito das políticas, mas, principalmente, das ações das pessoas que vivem nesses territórios. Porém, nesse primeiro momento, cartografar as ações no âmbito dessas políticas pareceu-nos um caminho necessário para problematizar e entender seu desenvolvimento nesses territórios.

No sentido de problematizar, identificamos que ainda não aparece de forma evidente como e se as ações do PPSP e do PTP irão convergir. Uma primeira possibilidade de convergência seria o projeto “Paz.Com”, porém, até o momento, esse projeto parece mais aplicado às ações comunitárias do PTP que às ações vinculadas às escolas e ao PPSP. Mais recentemente, identificamos no portal do governo do RS que uma das ações vinculadas ao PTP é a criação de telecentros dentro desses Territórios, e não necessariamente dentro de escolas, o que reforça a ideia de que a inclusão digital segue sendo uma ação associada às políticas de segurança pública e cidadania.

Uma segunda possibilidade para a convergência dos dois Projetos seria desenvolver ações relacionadas à elaboração da cartografia colaborativa fomentada pela plataforma “Mapa Digital da Cultura RS”. Essa segunda possibilidade nos parece mais viável e garantiria, no contexto da nossa pesquisa, mais autonomia para a

proposição de ações junto às escolas que participam do PPSP. Eis aqui o polo da “intervenção” e da “participação” ligado ao método cartográfico que não havíamos tratado até o momento e que estamos desenvolvendo no contexto da pesquisa mais ampla.

Anteriormente, apresentamos através da Figura 4 o “Mapa Digital da Cultura” da região de Esteio informado pelo mapa colaborativo da PROCERGS. Constatamos que apenas a biblioteca municipal foi marcada no mapa¹⁴. No entanto, pudemos identificar que diversos espaços e agrupamentos culturais foram instaurados na cidade a partir das ações do PTP. Paralelamente, a escola estadual Tomé de Souza, dentro das ações do PPSP, recebeu notebooks e possui acesso à internet, mas que, até esse momento, não foram desenvolvidas outras ações para além da formação inicial dos professores. A fim de contribuir para o desenvolvimento de ambos os projetos do governo, não seria o caso de criar condições para que a comunidade local se apropriasse desse instrumento de participação elaborado pela PROCERGS? Quais os efeitos que se produziriam a partir do reconhecimento atento do território em que vivem? Ou, ainda, a ação de cartografar, mediada pelas tecnologias digitais, produzirá novas reconfigurações desses territórios?

Ao longo do texto descrevemos nosso cartografar atento às políticas de governo referentes à inclusão digital e à segurança pública, procurando mapear suas conexões. Foi possível identificar que tais políticas partem do princípio de que, além das ações mais voltadas para a segurança pública, o adensamento dos espaços para a participação popular e a cidadania, associado ao fomento às práticas culturais e o fortalecimento das economias locais são entendidas como caminhos para resignificar a sociabilidade nos territórios mais vulneráveis à violência. Também verificamos que, apesar de estarem em curso ações no âmbito da inclusão digital, não há uma expressão clara no PPSP de qual seria a sua contribuição para o problema da violência. No PTP, ao contrário, ficou evidente que a inclusão digital está relacionada com a função comunicacional das tecnologias digitais, no sentido de proporcionar ações que fomentem o protagonismo e a autoria midiática por parte dos jovens que vivem nesses territórios.

Como forma de produzir uma intervenção que amplie a convergência e as controvérsias entre as ações do PPSP e do PTP, apostamos no método cartográfico de pesquisa e intervenção, como suporte das tecnologias digitais como possibilidade de provocar o reconhecimento atento dos territórios por parte das comunidades escola-

res e não escolares que participam desses projetos.

As possibilidades tecnológicas atuais (GPS, *locative media*, *cloud computing* e outras), aliadas a uma epistemologia e metodologia participativas, permitem a composição de um cenário promissor para o campo da pesquisa cartográfica e participativa.

Nesse sentido, a cartografia com suporte das tecnologias digitais emerge como uma possibilidade metodológica extremamente rica, já que ela implica na inclusão dos atores sociais num contexto de engajamento com os temas e problemas locais. Tal engajamento seria uma condição necessária para a produção de sentidos sobre o uso compartilhado e mediado das tecnologias digitais no processo de construção de conhecimento. Acreditamos que esse cenário pode redimensionar tanto a própria atividade de pesquisa quanto o contrato entre sujeitos e pesquisadores, já que ação e a participação passam a se tornar instâncias de autoria a partir das quais todos falam e produzem.

Notas

¹ <http://www.secom.rs.gov.br/conteudo/754/rs-mais-digital>

² http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/proj_provincia.jsp

³ O Programa Territórios de Paz <http://goo.gl/RwJy1E> integra o conjunto de ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) <http://goo.gl/xvuWhS>

⁴ Recentemente a SEDUC disponibilizou para outras 34 escolas de EM da região da 27ª CRE *tablets* para seus professores e laboratórios móveis – armários contendo 35 netbooks – para uso compartilhado nessas escolas.

⁵ <http://www.secom.rs.gov.br/conteudo/754/rs-mais-digital>

⁶ <http://www.secom.rs.gov.br/conteudo/1162/paz.com>

⁷ <http://www.evernote.com>

⁸ <http://www.google.com/chrome>

⁹ <http://bloglombadopinheiro.wordpress.com>

¹⁰ <http://www.tvrestinganaweb.com.br/?s=territ%C3%B3rio+paz&enviarBuscaSite=Pesquisa+Site>

¹¹ <http://www.estado.rs.gov.br/conteudo/118395/territorio-de-paz-de-esteio-reduz-indices-de-violencia-e-criminalidade>

¹² <http://www.cultura.rs.gov.br/mapa/#lat=-30.293609699999674&lng=-53.88029040000009&zoom=7>

¹³ <http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/>

¹⁴ Numa consulta atualizada a esse recurso, encontramos mais três pontos marcados no mapa: Festival [musical] Moassa, Museu

Histórico Jornal Destaque e Antigo Seminário Claretiano.

Referências

- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995) Rizoma. In G. Deleuze, & F. Guattari. *Mil platôs* (Vol. 1, pp. 11-38). Rio de Janeiro, RJ: Editora 34.
- Kastrup, V. (2007) O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 15-22.
- _____. (2008) O método cartográfico e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In L. R. Castro, & V. L. Besset (Orgs.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude* (pp. 465-489). Rio de Janeiro, RJ: Trarepa/Faperj.
- Lemos, A. (2007a) Comunicação e práticas sociais no espaço urbano: as características dos dispositivos híbridos móveis de conexão multirredes (DHMCM). *Comunicação, mídia e consumo*, 4(10), 23-40.
- _____. (2007b) Mídias locativas e territórios informacionais. In L. Santaella, & P. Arantes (Eds.). *Estéticas tecnológicas. Novos modos de sentir* (pp. 207-230). São Paulo, SP: EDUC.
- _____. (2009) Cibercultura como território recombinate. In E. Trivinho, & E. Cazeloto (Eds.). *A cibercultura e seu espelho: campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa* (pp. 38-46). São Paulo, SP: ABCiber, Instituto Itaú Cultural. Recuperado em 22 de março de 2014 em http://abciber.org/publicacoes/livro1/a_cibercultura_e_seu_espelho.pdf
- Lopes, D. Q., & Schlemmer, E. (2012) A cultura digital nas escolas: para além da questão do acesso às tecnologias digitais. In J. Segata, M. E. Máximo, & M. J. Baldessar (Orgs.). *Olhares sobre a cibercultura* (Vol. 1, pp. 155-167). Florianópolis, SC: CCE/UFSC. Recuperado em 10 de janeiro de 2014 de <http://www.ntdi.ufsc.br/cibercultura.pdf>
- Lopes, D. Q., & Valentini, C. B. (2012) Mídias locativas e realidade mixada: a produção de sentidos sobre o digital-virtual a partir da cartografia com suporte das tecnologias digitais. In *Educação Unisinos*, 16, 205-214. Recuperado em 10 janeiro de 2014 de <http://www.unisinos.br/revistas/index.php/educacao/article/view/edu.2012.163.02>
- Maraschin, C. (2000) Redes socioculturais e as novas tecnologias da comuni-

cação e da informação. In T. M. G. Fonseca, & D. J. Francisco (Orgs.). *Formas de ser e habitar a contemporaneidade*. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS.

Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (2010) *Pistas do método da cartografia – Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, RS: Sulina.

Santos, M. (1998) *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional* (4a ed.). São Paulo, SP: Hucitec.

Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital (Secom) (2013) *Paz.com*. Recuperado em 20 de março de 2014 de <http://www.secom.rs.gov.br/conteudo/1162/paz.com>

Daniel Q. Lopes: é doutor em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS) e bacharel em Psicologia (UFRGS). É professor e pesquisador no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) atuando na linha de pesquisa “Educação, Desenvolvimento e Tecnologias”, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

E-mail: danielqlopes@gmail.com

Eliane Schlemmer: é doutora em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS) e bacharel em Informática (Unisinos). É bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) atuando na linha de pesquisa “Educação, Desenvolvimento e Tecnologias”, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

E-mail: eliane.schlemmer@gmail.com

Rosane K. Molina: [In Memoriam] Doutora em Filosofia y Ciencias de La Educación pela Universidad de Barcelona e bacharel em Educação Física (UFRGS). Professora e pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) onde atuou na linha de pesquisa “Educação, História e Políticas”, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Enviado em: 31/03/2014 – **Aceito em:** 26/05/2014

Figuras

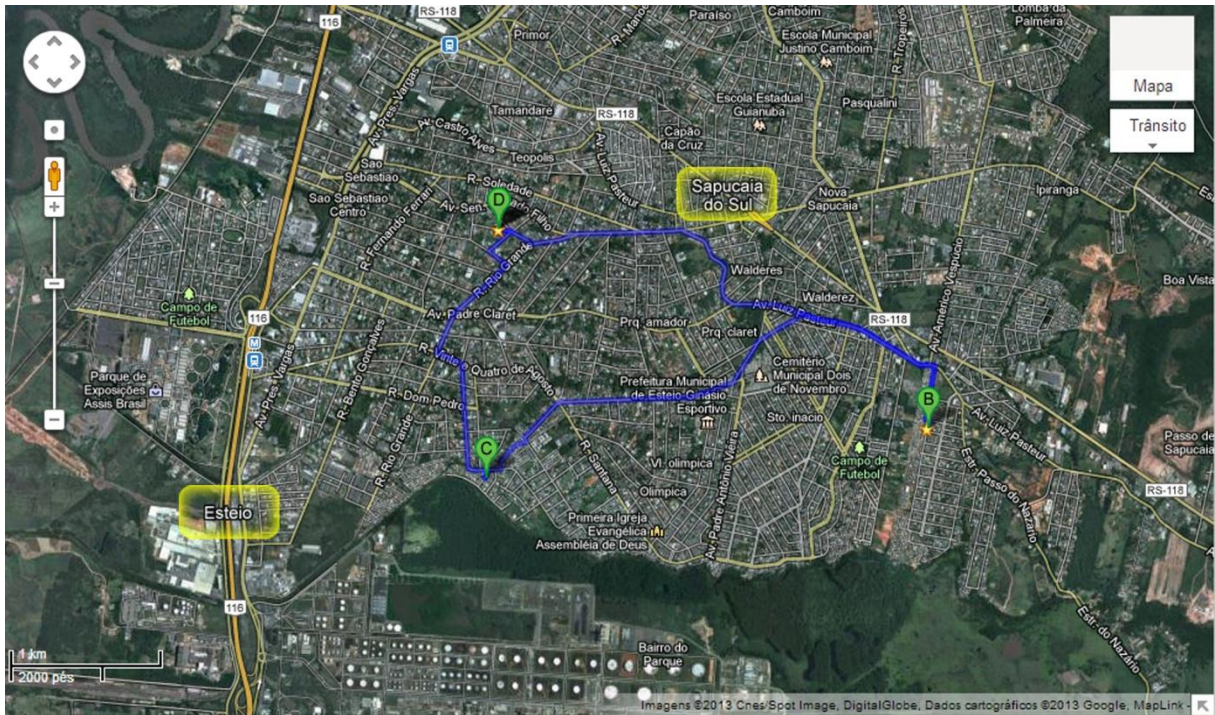


Figura 1 – Lugares na cidade de Esteio-RS onde estão sendo desenvolvidos o PPSP e o PTP

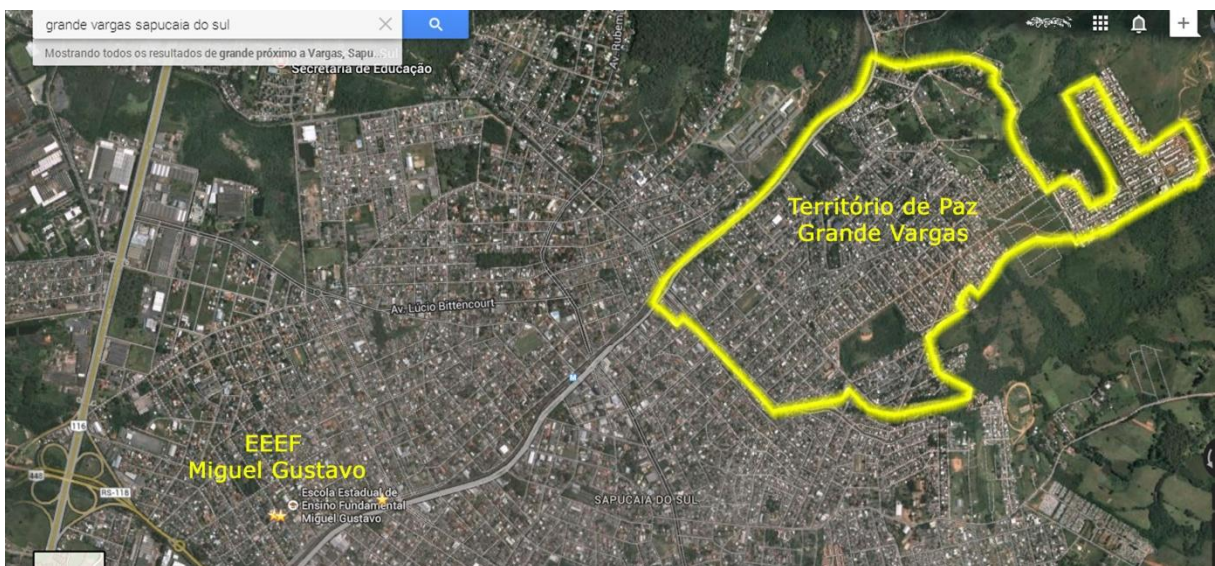


Figura 2 – Lugares na cidade de Sapucaia do Sul-RS onde estão sendo desenvolvidos o PPSP e o PTP

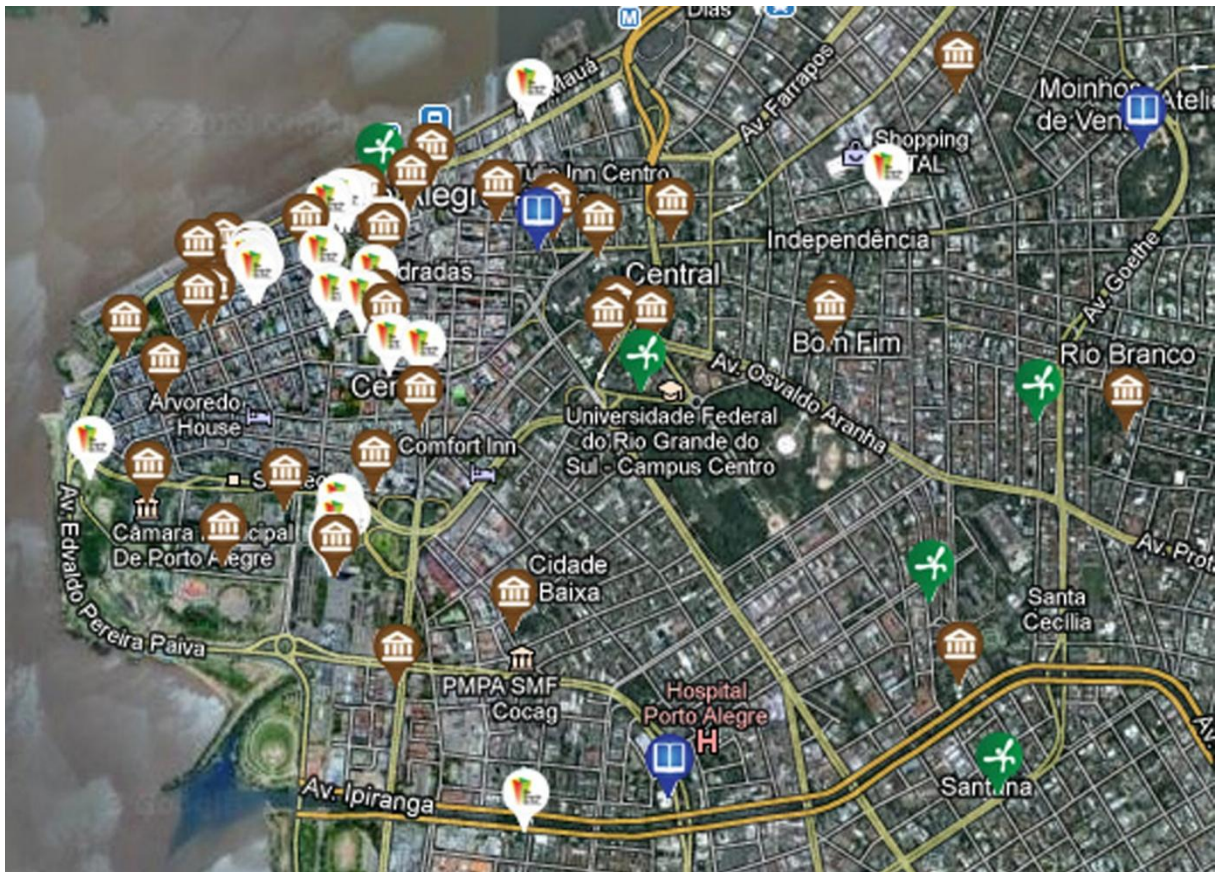


Figura 3 – Mapa digital da Cultura do Centro de Porto Alegre

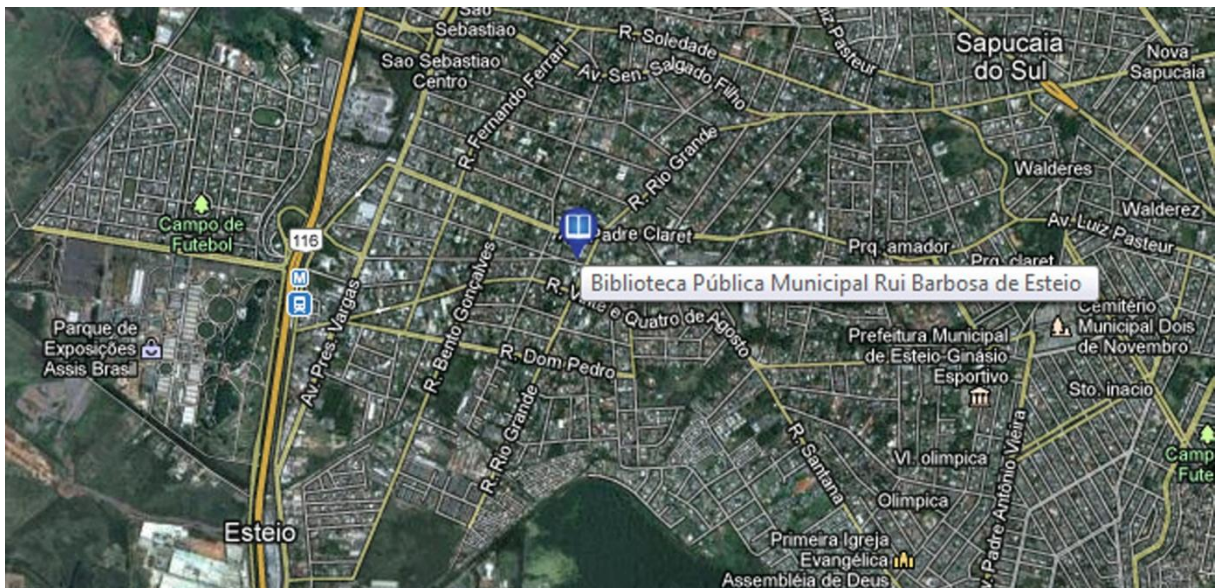


Figura 4 – Mapa digital da Cultura na Cidade de Esteio-RS